

BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

01- CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, sociedade anônima de capital fechado, é uma entidade de economia mista controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, para efeito de supervisão governamental, que atua como instrumento de execução da política de desenvolvimento econômico-social do Governo do Estado, com a finalidade de apoiar programas e projetos mediante suporte financeiro para investimentos em infra-estrutura básica, indústria, comércio, agropecuária, serviços, turismo, reflorestamento e outras atividades.

O atendimento aos seus programas e projetos é efetuado com recursos próprios, ou através de linhas de crédito de instituições financeiras oficiais e fundos de incentivos fiscais instituídos pelos Governos Estadual e Federal administrados pelo Banco.

02- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais da contabilidade, as práticas contábeis adotadas no Brasil através da legislação das sociedades por ações, e em consonância com as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, Sistema Financeiro Nacional, Banco Central do Brasil (BACEN).

03- RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

A receita de venda de bens não de uso é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao imóvel são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. As receitas não são reconhecidas se há incerteza significativa na sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis pela administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outras, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, e avaliação a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos art. 179 e 180 da Lei nº 6.404/1976.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários

A partir da implementação dos novos critérios de avaliação e contabilização estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, dependendo dos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado;



- Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa, e esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado;

O valor de mercado atribuído é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

g) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

1. As “Operações de Crédito” estão demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em rendas de operações de crédito, e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2. A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, descritos no item anterior.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/1999 do CMN para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

| Período de atraso | Classificação do cliente |
|-----------------------------|--------------------------|
| . sem atraso | AA |
| . até 14 dias | A |
| . de 15 a 30 dias de atraso | B |
| . de 31 a 60 dias | C |
| . de 61 a 90 dias | D |
| . de 91 a 120 dias | E |
| . de 121 a 150 dias | F |
| . de 151 a 180 dias | G |
| . superior a 180 dias | H |

h) Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base “pro-rata” dia) incorridos.

i) Ativo permanente

1. Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes.

2. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, sobre o custo corrigido, com a utilização das seguintes taxas anuais:

| | |
|---|-----|
| - Imóveis de uso – Edificações..... | 8% |
| - Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação..... | 20% |
| - Demais itens..... | 10% |

3. O diferido é constituído por gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização é calculada pelo método linear à taxa anual fixa de 20%.

i) Passivos circulante e exigível a longo prazo.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são avaliadas trimestralmente.

k) Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.



I) O Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda (IR) foi apurado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes e a Contribuição Social (CS) foi apurada à alíquota de 9%.

04- DISPONIBILIDADES

| DISPONIBILIDADES | 2006 | 2005 |
|--|------------|------------|
| . Moeda Nacional (caixa) | 2 | 1 |
| . Moeda Nacional (depósitos bancários) | 981 | 525 |
| TOTAL | 983 | 526 |

05- APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

| Tipo de Aplicação | Valor de | | |
|------------------------------------|---------------|---------------|-----------------|
| | 0 a 30 dias | 31 a 60 dias | Custo corrigido |
| Depósitos Interfinanceiros | | | |
| . Empresas Ligadas (Banestes S.A.) | 24.998 | 1.001 | 25.999 |
| . Empresas Não Ligadas | 29.970 | 11.542 | 41.512 |
| TOTAL em 2006 | 54.968 | 12.543 | 67.511 |
| TOTAL em 2005 | 19.205 | 7.046 | 26.251 |



06- TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, classificada na categoria de “Títulos Mantidos até o Vencimento”, está demonstrada como segue:

| Tipo de título | Prazo de vencimento (dias) | | | | | | Valor | |
|----------------------------------|----------------------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 0 a 30 | 31 a 60 | 61 a 90 | 91 a 180 | 181 a 360 | Acima 360 | Custo | Mercado |
| Títulos Públicos Brasil | 0 | 0 | 8 | 0 | 14.089 | 158.312 | 172.409 | 172.475 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.089 | 157.907 | 171.996 | 172.093 |
| Notas do Tesouro Nacional | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 405 | 413 | 382 |
| Títulos Privados Brasil | 8.612 | 5.523 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.135 | 14.135 |
| Certificados Depósitos Bancários | 8.612 | 5.523 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.135 | 14.135 |
| TOTAL em 31/12/2006 | 8.612 | 5.523 | 8 | 0 | 14.089 | 158.312 | 186.544 | 186.610 |
| TOTAL em 31/12/2005 | 20.290 | 6.579 | 34.404 | 54.744 | 115.501 | 388 | 231.906 | 231.880 |

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços divulgados pela Andima e o dos títulos privados pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros (CDI).

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), enquanto que os títulos privados estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

07- OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses concedidos ao Banco por instituições oficiais de crédito, cuja remuneração básica é constituída de aplicação dos índices da TJLP ou da TR, acrescida de percentual de taxa de juros específica para cada operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

| Tipo | 2006 | | 2005 | |
|---|----------------|------------|----------------|------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Empréstimos | 6.876 | 3 | - | - |
| Financiamentos | 73.405 | 33 | 54.798 | 36 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 137.196 | 61 | 91.313 | 59 |
| Financiamentos para infra-estrutura e desenvolvimento | 5.067 | 2 | 6.658 | 4 |
| Outros créditos (1) | 2.422 | 1 | 1.490 | 1 |
| Total das operações de créditos | 224.966 | 100 | 154.759 | 100 |

(1) Refere-se ao saldo de devedores por compras de valores e bens, registrados na rubrica outros créditos e que possuem característica de concessão de crédito (nota 8), e estão classificados em sua totalidade no curto prazo.

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

| Tipo | 2006 | | 2005 | |
|---------------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Maior devedor | 10.086 | 4 | 7.129 | 5 |
| 10 maiores devedores | 49.733 | 22 | 38.174 | 25 |
| 50 seguintes maiores devedores | 31.380 | 14 | 22.161 | 14 |
| 100 seguintes maiores devedores | 11.094 | 5 | 9.589 | 6 |
| Demais devedores | 132.758 | 59 | 84.835 | 55 |
| Total das operações de crédito | 224.966 | 100 | 154.759 | 100 |

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

| Vencimentos | 2006 | | 2005 | |
|---------------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Parcelas vencidas a partir de 15 dias | 1.412 | 1 | 1.559 | 1 |
| A vencer | 223.554 | 99 | 153.200 | 99 |
| Até 3 meses | 10.083 | 4 | 11.224 | 7 |
| De 3 meses a 1 ano | 56.617 | 25 | 25.387 | 16 |
| De 1 a 3 anos | 68.577 | 30 | 60.476 | 39 |
| De 3 a 5 anos | 54.314 | 24 | 37.827 | 25 |
| Acima de 5 anos | 33.963 | 15 | 18.286 | 12 |
| Total das operações de crédito | 224.966 | 100 | 154.759 | 100 |

d) Carteira de crédito por setor de atividade

| Setores | 2006 | | 2005 | |
|---------------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Setor privado | 218.266 | 97 | 148.101 | 96 |
| Rural | 4.263 | 2 | 5.838 | 4 |
| Indústria | 39.443 | 18 | 31.165 | 20 |
| Comércio | 7.075 | 3 | 1.694 | 1 |
| Outros serviços | 31.308 | 14 | 20.055 | 13 |
| Pessoas físicas | 136.177 | 61 | 89.349 | 58 |
| Setor público | 6.700 | 3 | 6.658 | 4 |
| Governo | 6.700 | 3 | 6.658 | 4 |
| Total das operações de crédito | 224.966 | 100 | 154.759 | 100 |

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

| Níveis de risco | % Mínimo de provisão requerido | 2006 | | Total geral | Provisão | 2005 | |
|-----------------|--------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | | Curso normal | Anormal* | | | Total Geral | Provisão |
| AA | 0 | 7.878 | 0 | 7.878 | 0 | 7.248 | 0 |
| A | 0,5 | 155.287 | 0 | 155.287 | 776 | 98.751 | 494 |
| B | 1 | 32.988 | 1.101 | 34.089 | 341 | 28.275 | 283 |
| C | 3 | 18.155 | 1.379 | 19.534 | 586 | 11.743 | 352 |
| D | 10 | 1.485 | 2.097 | 3.582 | 358 | 3.061 | 306 |
| E | 30 | 405 | 413 | 818 | 246 | 2.017 | 605 |
| F | 50 | 699 | 235 | 934 | 467 | 652 | 326 |
| G | 70 | 32 | 181 | 213 | 149 | 1.173 | 821 |
| H | 100 | 1.179 | 1.452 | 2.631 | 2.631 | 1.839 | 1.839 |
| Total | | 218.108 | 6.858 | 224.966 | 5.554 | 154.759 | 5.026 |

*Inclui parcelas vencidas e vincendas de contratos com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação patrimonial da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Saldos iniciais | (5.026) | (5.232) |
| Constituições Op. Crédito | (1.840) | (1.712) |
| Constituições Op. Crédito | (3.286) | (3.570) |
| Reversões Op. Crédito | 1.446 | 1.858 |
| Outras Constituições (*) | (167) | (179) |
| Transferências para prejuízo | 1.479 | 1.740 |
| Saldos finais | (5.554) | (5.026) |

* Inclui operações de crédito de Devedores por Compra de Valores e Bens

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|---|-------|-------|
| Valor das operações renegociadas | 4.369 | 1.399 |
| Valor das operações lançadas a prejuízo | 1.479 | 1.740 |
| Valor das operações recuperadas | 9.923 | 9.713 |

08- OUTROS CRÉDITOS

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|---|---------------|---------------|
| Impostos e contribuições a compensar (a) | 1.819 | 6.376 |
| Impostos compensados pendentes de homologação (b) | 5.364 | 5.364 |
| Devedores por depósitos em garantia | 3.087 | 1.739 |
| Pagamentos a ressarcir | 1.316 | 1.324 |
| Rendas a receber (c) | 123 | 10.362 |
| Devedores por compra de valores e bens | 2.422 | 1.490 |
| Outros | 620 | 500 |
| Provisão para outros créditos (d) | (1.956) | (11.930) |
| Total | 12.795 | 15.226 |

(a) Composto por crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar referentes as antecipações efetuadas em 2006 que totalizam R\$ 1.819 no final do exercício de 2006 (R\$ 2.574 em 31 de dezembro de 2005). Foi baixado o crédito tributário originado de ação com deferimento de antecipação de tutela garantindo a compensação do referido crédito com tributos federais, e da inconstitucionalidade da elevação da alíquota do FINSOCIAL, sendo que os valores atualizados até 31 de dezembro de 2005 foram baixados contra o Patrimônio Líquido e o restante foi lançado no resultado do período (vide nota 15-d).

(b) valor de imposto de renda e contribuição pagos a maior nos exercícios de 1997 a 2004, cuja compensação já realizada está em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal (por ainda não ter sido homologado foi registrado um passivo no mesmo valor – vide Nota 14b).

(c) O valor de R\$ 123 refere-se a rendas a receber de juros e encargos de mora, a serem pagos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei 2.508/70.

(d) A provisão para outros créditos refere-se a provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 483 (R\$ 345 em 31 de dezembro de 2005), a provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado 1.269 (R\$ 1.269 em 31 de dezembro de 2005) e provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2005).

09- OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Imóveis não de uso Próprio | 3.924 | 3.308 |
| Bens em regime especial | 3.653 | 3.380 |
| Outros | 5 | 5 |
| Provisões | (4.210) | (6.290) |
| Total | 3.372 | 2.339 |

A rubrica Outros Valores e Bens é composta basicamente por imóveis disponíveis para venda, próprios, desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, com base em laudo de avaliação de acordo com as normas vigentes.

b) Despesas antecipadas

Correspondem basicamente a despesas com assinaturas de jornais e revistas, impostos como IPTU'S dos imóveis utilizados pelo Banco, seguros entre outros, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 equivale a R\$ 93 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2005).

10- INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes.

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Investimento por incentivos fiscais | 983 | 984 |
| Títulos patrimoniais | 1 | 1 |
| Ações (i) | 2.650 | 2.650 |
| Provisões | (2.681) | (2.682) |
| Bens artísticos | 5 | 5 |
| Total | 958 | 958 |

(i) O investimento em ações da ADERES - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EM REDE DO ESPÍRITO SANTO S/A está totalmente provisionado em função da expectativa da não realização desse investimento.

11- IMOBILIZADO

| DISCRIMINAÇÃO | CUSTO | DEPRECIAÇÃO | VALOR LÍQUIDO 2006 | VALOR LÍQUIDO 2005 |
|----------------------------------|--------------|----------------|-----------------------|-----------------------|
| Terrenos | 196 | 0 | 196 | 196 |
| Edificações | 1.339 | (892) | 447 | 510 |
| Instalações – Sede | 205 | (205) | 0 | 0 |
| Loja e Mezanino Ed. Caparaó | 1.625 | (171) | 1.454 | 1.391 |
| Móveis e Máquinas | 1.341 | (673) | 669 | 509 |
| Biblioteca | 12 | (12) | 0 | 0 |
| Aparelhagens e Sist. Comunicação | 329 | (110) | 219 | 48 |
| Equipamentos de Informática | 2.943 | (2.158) | 785 | 566 |
| Sistema de Segurança | 17 | (8) | 9 | 10 |
| Veículos | 143 | (143) | 0 | 0 |
| Total do Imobilizado | 8.148 | (4.371) | 3.778 | 3.230 |

12- DIFERIDO

| DISCRIMINAÇÃO | CUSTO | AMORTIZAÇÃO | VALOR LÍQUIDO 2006 | VALOR LÍQUIDO 2005 |
|-------------------------------|---------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Aquisição de software | 1.138 | (442) | 696 | 706 |
| Software Adm. Pessoal | 11 | (11) | 0 | 0 |
| Modernização SISBANDES | 8.888 | (2.316) | 6.572 | 5.234 |
| SISPRO | 35 | (22) | 13 | 20 |
| Sistema de Crédito Eletrônico | 497 | 0 | 497 | 0 |
| Total do Imobilizado | 10.569 | (2.791) | 7.778 | 5.960 |

Representado por investimentos em desenvolvimento e modernização do sistema operacional utilizado pelo BANDES e outros desenvolvimentos.

13- CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Os valores constantes nas rubricas “Depósitos à Vista” e “Depósitos a Prazo” referem-se, principalmente, às cauções oriundas das operações efetuadas com recursos FUNDAP, cujos vencimentos para os depósitos a prazo são de até 30 dias.

| Posições | A vista | A prazo | Total |
|----------|---------|---------|--------|
| 2006 | 38.143 | 34.787 | 72.930 |
| 2005 | 34.663 | 45.505 | 80.168 |

b) Os valores constantes nas rubricas “Obrigações por empréstimos e repasses” correspondem substancialmente a captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo banco, para financiamentos a clientes locais, com incidência de juros que variam entre 0,5% e 10,5 % a.a., atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil, e vencimentos mensais previstos conforme a seguir:

| Posições | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 Anos | De 5 a 15 anos | Total |
|----------|-------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|---------|
| 2006 | 18.190 | 38.179 | 67.397 | 53.061 | 33.736 | 210.563 |
| 2005 | 18.348 | 21.321 | 50.379 | 34.957 | 17.491 | 142.496 |

14- OUTRAS OBRIGAÇÕES

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|--|----------------|----------------|
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimentos (a) | 121.498 | 120.321 |
| Fiscais e Previdenciárias (b) | 12.601 | 10.437 |
| Provisões para passivos contingentes (c) | 4.268 | 3.826 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 2.197 | 2.372 |
| Credores diversos | 887 | 912 |
| Outros | 75 | 727 |
| Total | 141.526 | 138.595 |

a) Composto, basicamente, por obrigações com o FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, do qual o BANDES é o banco operador. Os encargos são calculados pela taxa extramercado que corresponde a 95% da taxa Selic.

b) A rubrica “Fiscais e previdenciárias” está composta da seguinte forma:

| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão de tributos federais a recolher | 521 | 227 |
| Impostos compensados não homologados (i) | 5.364 | 5.364 |
| Provisão para riscos fiscais (ii) | 6.501 | 4.330 |
| Outros | 211 | 516 |
| Total | 12.601 | 10.437 |

(i) Refere-se à provisão do imposto de renda e contribuição social compensados em exercícios anteriores e ainda não homologados pela Secretaria da Receita Federal (nota 8.b);

(ii) Refere-se à provisão constituída para cobertura de eventual perda do processo relativo à compensação integral de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados até 31 de dezembro de 1994, que em 31 de dezembro de 2006 soma R\$ 4.613 (R\$ 4.312 em 2005) (vide nota 20b), e constituição de provisão do PASEP e COFINS compensados no período de dezembro de 1999 a outubro de 2000 com créditos do FINSOCIAL, que soma em 31 de dezembro de 2006 R\$ 1.888. De acordo com a Resolução CFC nº 1.066 de 21 de dezembro de 2005, estes processos são considerados Obrigações Legais e são integralmente provisionados independentemente da respectiva avaliação da probabilidade de perda.

c) Provisões para passivos contingentes - O Banco é réu em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis, questões trabalhistas, tributárias e outros assuntos. Esses processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados sob a coordenação da assessoria jurídica do Banco.

A Administração, com base em informações de sua assessoria jurídica e na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

1. Risco provável - Contabiliza-se provisão de 100% do valor atualizado da causa;
2. Risco possível e remoto – Não é contabilizada provisão, apenas mencionam-se os respectivos montantes em notas explicativas;

Composição e movimentação das provisões para passivos contingentes

| DISCRIMINAÇÃO | Causas Cíveis (i) | Causas Trabalhistas (ii) | Causas Fiscais (iii) |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Saldo Inicial Dezembro de 2005 | 722 | 3.104 | 4.330 |
| Atualização monetária | 359 | 585 | 304 |
| Constituições | 1.187 | 1.400 | 1.950 |
| Reversões | (194) | (2.205) | (83) |
| Pagamentos | (98) | (592) | 0 |
| Saldo Final Dezembro de 2006 | 1.976 | 2.292 | 6.501 |

i) O saldo das Provisões Cíveis é composto por 04 ações entre as quais se destaca uma ação para indenização de danos morais no valor de R\$ 1.604.

Existem 17 (15 em 2005) processos de natureza cível no montante estimado de R\$ 16.581 (R\$ 12.267 em 2005), cuja probabilidade de perda está definida como “remota”.

Para os processos de natureza cível existem ainda em 31 de dezembro de 2006 3 (6 em 2005) depósitos judiciais no montante de R\$ 1.698 (R\$ 145 em 2005.)

ii) O saldo das Provisões Trabalhistas é composto por 9 ações entre as quais se destaca a ação de reclamação de diferenças salariais, gratificação de função e honorários, no valor de R\$ 1.748.

Existem 52 (55 em 2005) processos de natureza trabalhista no montante estimado de R\$ 4.105 (R\$ 5.621 em 2005), cuja probabilidade de perda está definida como “possível” ou “remota”.

Para os processos de natureza trabalhista existem ainda, em 31 de dezembro de 2006, 99 (114 em 2005) depósitos judiciais no montante de R\$ 1.138 (R\$ 1.173 em 2005).

iii) O saldo das Provisões Fiscais é composto por 2 ações, as quais são referentes a Compensação de Prejuízos Fiscais no valor de R\$ 4.613 (R\$ 4.312 em 2005) e provisão do Pasep e Cofins compensados no período de dezembro de 1999 a outubro de 2000 com créditos do FINSOCIAL no valor de R\$ 1.888.

Existem 20 (22 em 2005) processos de natureza fiscal no montante estimado de R\$ 22.091 (R\$ 19.392 em 2005), cuja probabilidade de perda está definida como “remota”.

O banco não possui processos envolvendo riscos ambientais. De acordo com a opinião do assessor jurídico do Banco, a probabilidade de ocorrência dessas demandas é remota, tendo em vista as características das atividades do BANDES (instituição financeira).

15- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social autorizado é de R\$ 152.572 divididos em 5.000.000.000 de ações ordinárias nominativas e 5.000.000.000 de ações preferenciais nominativas, sendo 700.000.000 classe "A" e 4.300.000.000 classe "B", todas sem valor nominal.
- b) O Capital social subscrito e integralizado está representado por 7.580.286.529 de ações, sendo, 3.831.014.805 ações ordinárias e 3.749.271.724 ações preferenciais (652.996.910 classe "A" e 3.096.274.814 classe "B"). Constatam em tesouraria o valor de R\$ 463 relativos a 24.162.245 ações preferenciais classe "A" e R\$ 35 relativos a 4.268.293 ações preferenciais classe "B", perfazendo o total de R\$ 498.
- c) As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito a dividendos prioritários de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" terão direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.
- d) Em decorrência da implementação da Deliberação CVM 489 de 03 de outubro de 2005, e da Resolução CFC 1.066 de 21 de dezembro de 2005, foram realizados em 31 de dezembro de 2006 ajustes contábeis relativos à baixa da contingência ativa para o crédito tributário FINSOCIAL com o devido reflexo no patrimônio líquido do Banco. Dessa forma, a rubrica contábil Lucros e Prejuízos Acumulados contempla no final do exercício de 2006 a contrapartida referente à baixa dos respectivos créditos tributários no montante de R\$ 3.940.

16- IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:



| DISCRIMINAÇÃO | 2006 | 2005 |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social (deduzido das participações) | 10.392 | 9.097 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Pela alíquota fiscal combinada | 3.533 | 3.093 |
| Efeito das adições no cálculo dos tributos: | | |
| Temporárias | 9.967 | 14.692 |
| Provisão Devedores Duvidosos | 3.286 | 3.570 |
| Provisão para Contingências Passivas | 3.897 | 4.557 |
| Provisão Outros Créditos | 495 | 3.361 |
| Outras provisões | 2.289 | 3.204 |
| Permanentes | 103 | 170 |
| Efeito das exclusões no cálculo dos tributos: | | |
| Permanentes | (14.856) | (21.218) |
| Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos | 1.446 | 1.857 |
| Reversão de Provisão Bens não de uso | 2.566 | 1.483 |
| Reversão de Provisão para Contingências Passivas | 3.172 | 613 |
| Reversão de Provisão para Outros Créditos | 235 | 290 |
| Reversão do Crédito Tributário do FINSOCIAL | 3.939 | 0 |
| Reversão Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – Lei 9.430 | 1.529 | 2.352 |
| Reversão Provisão Bancos em Liquidação | 0 | 12.163 |
| Outras Reversões | 1.969 | 2.460 |
| Compensação de prejuízos fiscais e base negativa (limitados a 30% do lucro tributável) | (1.682) | (968) |
| Imposto de renda e contribuição social apurados em 2006 | (1.310) | (602) |
| Imposto de renda e contribuição social referentes a 2005 * | (567) | (0) |
| Dedução do Incentivo Fiscal PAT | 19 | 11 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | (1.858) | (591) |
| Alíquota efetiva | 18% | 7% |

* Refere-se a ajustes do Imposto de Renda e da Contribuição Social do exercício de 2005 apurados quando da preparação da declaração de ajuste do imposto de renda e da contribuição social.

17- PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Com o objetivo de proporcionar, aos seus empregados, renda vitalícia complementar à aposentadoria assegurada pelo INSS, o BANDES patrocina um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Renda Fixa (Bradesco Renda Fixa PGBL 10).

Os valores de contribuição ao plano de aposentadoria complementar totalizam em 31 de dezembro de 2006 R\$ 527 (R\$ 308 em 31 de dezembro de 2005).

18- PROGRAMA DE DEMISSÃO INCENTIVADA (PDI)

Em julho de 2004 o Bandes deu início a um processo de demissão incentivada para os funcionários admitidos até janeiro de 1994. O prazo para adesão ao programa compreendeu o período de 29 de julho de 2004 a 13 de agosto de 2004. O prazo de desligamento teve início em 30 de setembro de 2004, com término previsto para 31 de outubro de 2006.

Na oportunidade foi constituída provisão no valor de R\$ 454 para cobrir as despesas com o desligamento de funcionários. Em 31 de dezembro de 2006 o saldo de provisão é de R\$ 120 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2005) e está registrada na rubrica "Pagamentos a efetuar" no grupo Outras Obrigações.

19- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2006, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES, com o Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, e com o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

a) Operações com partes relacionadas efetuadas com o Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES em condições, taxas e prazos similares às praticadas com o mercado.

| | Ativos e (Passivos) | | Receitas e (Despesas) | |
|---|---------------------|--------|-----------------------|-------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 25.999 | 13.607 | 2.650 | 3.179 |
| Depósitos à vista | 831 | 152 | - | - |
| Credores Diversos – Seguros | (23) | (21) | - | - |

b) Operações com partes relacionadas efetuadas com o Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL.

| | Ativos e (Passivos) | | Receitas e (Despesas) | |
|---|---------------------|---------|-----------------------|-------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Recursos para Destinação Específica | (8.020) | (5.469) | - | - |
| Rendas de Administração | - | - | 834 | 340 |
| Despesas sobre Disponibilidades de Recursos | - | - | (820) | (819) |

- d) Operações com partes relacionadas efetuadas com o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES.

| | Ativos e (Passivos) | | Receitas e (Despesas) | |
|---|---------------------|-----------|-----------------------|----------|
| | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 |
| Recursos para Destinação Específica | (111.005) | (112.201) | - | - |
| Rendas de Administração | - | - | 5.320 | 5.345 |
| Despesas sobre Disponibilidades de Recursos | - | - | (14.687) | (19.023) |

20- PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS

a) Saldo Acumulado

Em 31 de dezembro de 2006, o Banco possuía prejuízos fiscais acumulados compensáveis com lucros futuros no montante de R\$ 8.939 (R\$ 10.620 em 31 de dezembro de 2005) bem como base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 13.403 (R\$ 15.085 em 31 de dezembro de 2005), nos termos da legislação vigente. A compensação destes valores está limitada a 30% do lucro real gerado em exercícios futuros, sem limite de prazo para utilização.

A Administração optou por não registrar nenhum crédito tributário sobre prejuízos fiscais, bases negativas e adições temporárias.

b) Aproveitamento de prejuízos fiscais e bases negativas

Com base em liminar obtida em maio de 1995, confirmada por decisão da 1ª Instância da Justiça Federal de janeiro de 1998, o BANDES compensou integralmente os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 1994 na apuração do imposto de renda e da contribuição social devidos nos exercícios de 1999 e 2000. Essas medidas judiciais asseguraram ao Banco o direito de compensar integralmente os lucros apurados, com os prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 1994, sem a observância do limite legalmente estabelecido. O efeito da referida compensação, atualizado até 31 de dezembro de 2006, totaliza, aproximadamente, R\$ 4.613 (R\$ 4.312 em dezembro de 2005). Não obstante o entendimento da administração quanto a possibilidade do resultado da discussão judicial ser favorável ao Banco, foi constituída uma provisão total, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 4.613 (R\$ 4.312 em dezembro de 2005), registrada na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciária (Vide Nota 14 b-ii).

21- LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Na elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos, o lucro líquido do período foi ajustado pelos seguintes valores:

| AJUSTES | 2º semestre | Exercício | |
|--|--------------|--------------|---------------|
| | 2006 | 2006 | 2005 |
| Lucro Líquido do Período | 5.998 | 8.535 | 8.506 |
| (+) Depreciações / Amortizações | 1.006 | 1.956 | 1.269 |
| (+) Provisão / (-) Reversão p/ Perdas em Investimentos | (1) | (1) | (52) |
| (+) Provisão / (-) Reversão p/ Bens não de Uso Próprio | (1.435) | (2.079) | 1.794 |
| (-) Ajustes de Exercícios Anteriores (*) | (3.940) | (3.940) | 0 |
| (=) Lucro Líquido Ajustado do Período | 1.628 | 4.471 | 11.517 |

22- OUTRAS INFORMAÇÕES

- Ativos segurados (não auditados): Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.
- Receita de prestação de serviços: correspondem, substancialmente, a rendas obtidas decorrentes da administração de fundos pelo Banco, destacadamente o FUNRES e o FUNDAP.
- Outras despesas operacionais: correspondem, substancialmente, à provisão para ações cíveis e trabalhistas (nota 13c) e provisão para desvalorização de bens não de uso.
- Outras receitas operacionais: correspondem, substancialmente, à recuperação de encargos e despesas, às reversões de provisões operacionais e outras receitas de reversões;
- Limites Operacionais (Acordo da Basileia): O percentual de 28% encontrado em 31 de dezembro de 2006 (38 % em 31 de dezembro de 2005), referente ao Patrimônio de Referência do BANDES, satisfaz os limites mínimos de 11 % exigidos pelo BACEN para fazer face ao grau de risco ponderado dos seus ativos (Resolução 2.099/1994 - BACEN).
- O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.
- Participação dos Empregados nos Resultados: Foi destacado para pagamento de Participação dos empregados nos resultados em 2006, o montante de R\$ 865 (R\$ 847 em 2005).

- h) Remuneração de Empregados e Administradores: A remuneração paga aos funcionários em 2006 totalizou R\$ 10.162 (R\$ 8.692 em 2005), assim como os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração somaram no mesmo período R\$ 480 (R\$ 472 em 2005).

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Diretor-Presidente

JOSÉ SATHLER NETO
Diretor de Administração e Finanças

JOSÉ ANTONIO BOF BUFFON
Diretor de Crédito e Fomento

DOMINGOS SÁVIO BENINCÁ
Contador CRC-ES – 010521/O-1

